

HRZ Transmissão e Participações S.A.

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da
HRZ Transmissão e Participações S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da HRZ Transmissão e Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da HRZ Transmissão e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Capital circulante líquido negativo

Chamamos a atenção para as notas explicativas nº 1 e nº 14 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as quais indicam que, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui um capital circulante líquido negativo de R\$435.353 mil consolidado (R\$512.205 mil na controladora). As referidas notas explicativas descrevem o processo de negociação com instituições financeiras para captação de novos empréstimos e financiamentos. A manutenção da capacidade de continuidade operacional da Companhia depende do sucesso dessas negociações. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade: relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a "organização Deloitte"), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem ressalvas, com data de 18 de agosto de 2022.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

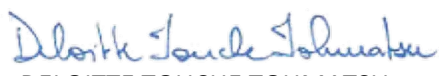
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

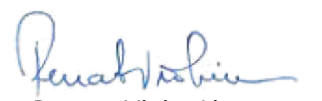
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de outubro de 2023


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.980	10.126	42.724	63.743
Disponibilidade da rede elétrica	5	-	-	16.920	16.620
Impostos a recuperar		149	-	2.997	1.180
Dividendos a receber	7	63.632	44.564	-	-
Ativo contratual	8	-	-	136.921	120.397
Outros créditos		1.222	-	3.473	1.595
Total do ativo circulante		69.983	54.690	203.035	203.535
Não circulante					
Depósitos vinculados	15	-	-	17.561	16.603
Ativo contratual	8	-	-	1.531.156	1.067.896
Partes relacionadas	7	18.560	-	-	-
Investimentos em sociedades controladas	9	840.416	834.524	-	-
Imobilizado		-	-	68	50
Intangíveis	10	-	-	111.317	438.720
Total do ativo não circulante		858.976	834.524	1.660.102	1.523.269
Total do ativo		928.959	889.214	1.863.137	1.726.804
		Controladora	Consolidado		
		2022	2021	2022	2021
PASSIVO					
Circulante					
Fornecedores		76	59	16.450	16.397
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	-	685	631
Outros tributos a recolher		363	-	1.758	1.442
Dividendos	11	7.840	-	7.840	-
Salários e encargos sociais		606	-	1.352	157
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	14.464	7.315
Debêntures	13	-	-	12.581	21.126
Notas promissórias a pagar	14	576.303	-	576.303	-
Provisões	15	-	-	3.862	3.671
Outras contas a pagar		-	-	3.094	3.514
Total do passivo circulante		585.188	59	638.388	54.253
Não circulante					
PIS e COFINS diferidos	6	-	-	115.490	82.394
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	6	624	-	224.700	187.954
Empréstimos e financiamentos	12	-	-	422.733	399.658
Debêntures	13	238.762	310.852	345.514	414.446
Notas promissórias a pagar	14	-	501.309	-	501.309
Provisões	15	-	-	8.954	7.943
Outras contas a pagar		-	-	2.974	1.853
Total do passivo não circulante		239.386	812.161	1.120.364	1.595.557
Patrimônio líquido					
Capital social	16	79.215	79.215	79.215	79.215
Prejuízos Acumulados	16	-	(2.221)	-	(2.221)
Reservas de lucros	16	25.170	-	25.170	-
Total do patrimônio líquido		104.385	76.994	104.385	76.994
Total do passivo e patrimônio líquido		928.959	889.214	1.863.137	1.726.804

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita operacional líquida	17	-	-	266.877	-
Custo					
Custo de operação	18	-	-	(12.437)	-
Total de custo		-	-	(12.437)	-
Lucro bruto		-	-	254.440	-
Despesas e receitas operacionais					
Despesas gerais e administrativas	19	(869)	(38)	(16.628)	(38)
Outras receitas operacionais	19	1.408	-	345	-
Total de despesas e receitas operacionais		539	(38)	(16.283)	(38)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		539	(38)	238.157	(38)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	20	2.479	-	10.502	-
Despesas financeiras	20	(110.812)	(2.183)	(171.953)	(2.183)
Resultado de participações societárias		143.649	-	-	-
Total do resultado financeiro		35.317	(2.183)	(161.451)	(2.183)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		35.856	(2.221)	76.706	(2.221)
Tributos sobre o lucro					
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	-	-	(4.728)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	(624)	-	(36.746)	-
Total dos tributos sobre o lucro		-	-	(41.474)	-
Resultado líquido do exercício		35.232	(2.221)	35.232	(2.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício	35.232	(2.221)	35.232	(2.221)
Resultado abrangente do exercício	35.232	(2.221)	35.232	(2.221)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a integralizar	Reservas de retenção lucros	Reservas legal	Resultados acumulados	Total
Saldos em 17 de agosto de 2021	-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital social	250.000	(250.000)	-	-	-	-
Integralização de capital social	-	79.215	-	-	-	79.215
Prejuízo do período	-	-	-	-	(2.221)	(2.221)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	250.000	(170.785)	-	-	(2.221)	76.994
Lucro do exercício	-	-	-	-	35.232	35.232
Constituição da reserva legal	-	-	-	1.651	(1.651)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(7.840)	(7.840)
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	23.520	-	(23.520)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	250.000	(170.785)	23.520	1.651	-	104.385

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	35.856	(2.221)	76.706	(2.221)
PIS e COFINS diferidos	-	-	7.897	-
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	(308)	-
Remuneração dos ativos de concessão	-	-	(138.930)	-
Resultado das participações societárias	(143.649)	-	-	-
Ajuste a valor justo	(1.892)	-	(1.892)	-
Provisão de juros sobre empréstimos e debêntures	32.910	852	87.705	852
Provisão de juros sobre notas promissórias	74.994	1.309	74.994	1.309
Provisão de juros sobre empréstimos concedidos	(1.520)	-	-	-
Reversão de outras provisões	-	-	1.092	-
	<u>(3.301)</u>	<u>(60)</u>	<u>107.264</u>	<u>(60)</u>
Variação em:				
(Aumento) diminuição de ativos operacionais				
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	(300)	-
Impostos a recuperar	(151)	-	(1.817)	-
Ativo contratual	-	-	13.638	-
Depósitos vinculados	-	-	(958)	-
Outros ativos	(1.222)	-	(1.878)	-
Aumento (diminuição) de passivos operacionais				
Fornecedores	17	60	54	60
Imposto de renda e contribuição social a recolher	-	-	(1.799)	-
Outros tributos a recolher	363	-	623	-
Salários e encargos	606	-	449	-
Outros passivos	-	-	1.554	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(3.688)</u>	<u>-</u>	<u>116.831</u>	<u>-</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.875)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	<u>(3.688)</u>	<u>-</u>	<u>113.956</u>	<u>-</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	120.581	-	-	-
Pagamento na aquisição de investimentos	-	(879.089)	-	(879.089)
Adições ao imobilizado	-	-	(48)	-
Alienação de bens e direitos	-	-	30	-
Partes relacionadas – empréstimos concedidos	(17.040)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>103.541</u>	<u>(879.089)</u>	<u>(18)</u>	<u>(879.089)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Integralização de capital	-	79.215	-	79.215
Empréstimos e financiamentos – Captação	-	-	11.697	-
Empréstimos e financiamentos - Amortização de principal	-	-	(19.351)	-
Debêntures – Captação	-	310.000	-	310.000
Debêntures - Amortização de principal	(105.000)	-	(127.303)	-
Notas promissórias – Captação	-	500.000	-	500.000
Caixa líquido (aplicado nas) proveniente das atividades de financiamento	<u>(105.000)</u>	<u>889.215</u>	<u>(134.957)</u>	<u>889.215</u>
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(5.146)</u>	<u>10.126</u>	<u>(21.019)</u>	<u>10.126</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.126	-	63.743	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>4.980</u>	<u>10.126</u>	<u>42.724</u>	<u>10.126</u>
	<u>(5.146)</u>	<u>10.126</u>	<u>(21.019)</u>	<u>10.126</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
(Em milhares de Reais)**

1 Contexto operacional

A HRZ Transmissão e Participações S.A. (“Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 17 de agosto de 2021, com sede e principal estabelecimento na Rua José Gonçalves de Oliveira, nº 116, 6º andar, conjunto 61, sala L, Itaim Bibi, São Paulo, SP – CEP 01.453-050.

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. assinou um contrato de compra e venda de ações junto à HRZ Transmissão e Participações S.A. (Novo Horizon Participações S.A., antiga razão social) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do capital social, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A..

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a alienação das ações, pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da HRZ Transmissão e Participações S.A., a partir desta data, a controladora integral das Companhias.

Em 07 de outubro de 2022, a Companhia alterou sua razão social de Novo Horizon Participações S.A. para HRZ Transmissão e Participações S.A.

1.1 Estrutura dos projetos

A HRZ possui as seguintes subsidiárias:

a) Horizon Transmissão MA I S.A.

A Horizon Transmissão MA I S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 04 de outubro de 2021 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 23 de março de 2021 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 10 meses frente ao calendário da ANEEL.

Mudança de controle acionário

Em 19 de outubro de 2021 a EDP - Energias do Brasil S.A. (antiga controladora da Companhia) assinou um contrato de compra e venda de ações junto à HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ) para alienar a totalidade das ações detidas pela mesma, correspondente a 100% do Capital social da Companhia.

Na mesma data, foi efetuada a alteração da denominação social, outrora EDP Transmissão MA I para Horizon Transmissão MA I S.A.

Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 7 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 123 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 28/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
123 Km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 500 kV; SE 500/230/69 kV; SE 500/230 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$66.267 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede. A primeira revisão tarifária será em 2023.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$89.645.

b) Horizon Transmissão MA II S.A.

A Horizon Transmissão MA II S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 06 de agosto de 2020 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial em todos os trechos, válida desde 04 de janeiro de 2020 no primeiro trecho. A sua entrada em operação foi antecipada em 12 meses frente ao calendário da ANEEL.

Concessão

Em 24 de abril de 2017 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 11 do Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote é composto por uma linha de transmissão de 203 km e uma subestação localizado no Estado do Maranhão.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 11 de agosto de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 32/17 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
203 km	Serviço Público	Concessão	MA	2 LT 230 kV; SE 230/69 kV	11/08/2017	11/08/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP original, conforme Leilão de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 05/16, de R\$30.200 anualmente, a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede. A primeira revisão tarifária será em 2023.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, atualizado monetariamente com base no IPCA, a RAP da Companhia passou a ser de R\$40.854.

c) Horizon Transmissão ES S.A

A Horizon Transmissão ES S.A. (Companhia) é de uma sociedade anônima de capital fechado, concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada integral da HRZ Transmissão e Participações S.A. (HRZ), com sede no município de São Paulo - SP. A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, operação e exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, a prática de atos de comércio em geral relacionados a essa atividade e, ainda, a participação em outras sociedades, empreendimentos e consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

Em 28 de dezembro de 2018 o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS emitiu o termo de liberação das instalações da Companhia referente ao início de sua operação comercial, retroativo a 23 de dezembro de 2018. A sua entrada em operação foi antecipada em 20 meses frente ao calendário da ANEEL e 10 meses em relação à premissa adotada pela Companhia no leilão.

Concessão

Em 28 de outubro de 2016 a EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) arrematou o lote 24 da 2ª Etapa do Leilão para Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 13/2015, realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O lote foi composto por uma linha de transmissão de 113 km e uma subestação localizada no Estado do Espírito Santo.

A EDP - Energias do Brasil (antiga controladora da Companhia) definiu que a Companhia seria a Sociedade de Propósito Específico - SPE detentora da concessão e, em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou junto à União o Contrato de Concessão nº 21/2017 com as seguintes características:

Extensão da linha	Modalidade	Outorga	Estado	Descrição da Linha	Início	Término	Prorrogação
113 Km	Serviço Público	Concessão	ES	LT230Kv; SE 230/138-3.8 kV	10/02/2017	09/02/2047	Pode ser prorrogada a critério do Poder concedente

O contrato apresenta vigência de 30 anos a partir da data de assinatura com o Poder Concedente e assegura a Receita Anual Permitida - RAP após entrada em operação do empreendimento.

Receita anual permitida - RAP

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia, pela prestação de serviço público de transmissão, tem direito de receber a RAP de R\$20.718 a partir da data de disponibilidade para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP não inclui o montante necessário à cobertura do PIS e da COFINS e tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão e os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A RAP, de acordo com o contrato de concessão, terá revisão em intervalos periódicos de 5 anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à assinatura do mesmo, observando-se os parâmetros regulatórios (que incluem estrutura de capital próprio e de terceiros - WACC, operação e manutenção, taxa média anual de depreciação e eventual ingressos de novos ativos, entre outros índices) e a regulamentação específica, além disso, ocorrem reajustes anuais, observando também as alterações de inflação e eventuais reduções por indisponibilidade da rede.

Conforme a Resolução Homologatória - REH nº 3.067 (Reajuste Tarifário Anual), foi estabelecida a RAP pela disponibilização das instalações de transmissão integrantes da rede básica e das demais instalações de transmissão, compreendendo o período de 1º de julho de 2022 a 30 de junho de 2023. Adicionalmente, durante o ano de 2022, ocorreu a Revisão Tarifária Periódica que ocorre a cada 5 anos e conforme Resolução Homologatória – REH 3.050. O impacto total na RAP da Companhia foi de 8,69%, fazendo com que a RAP passasse a totalizar R\$27.547.

1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

Todas as subsidiárias aplicam anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético – CDE.

1.3 Capital Circulante Líquido - CCL

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2022 de R\$435.353 no consolidado, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, decorrente das Notas Promissórias que vencem em dezembro de 2023 no montante de R\$576.303. A Administração está em negociação com as principais instituições financeiras para captação de novos empréstimos e financiamentos e consequente pagamento das dívidas de curto prazo, com perspectiva de contratação para novembro de 2023. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração 19 de outubro de 2023.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 20.

2.4 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos pelo valor contábil do caixa e equivalentes de caixa, adiantamentos, despesas antecipadas, contas a pagar, adiantamento de clientes e de debêntures, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 20.

2.5 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As práticas e políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras das controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras:

	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II
Patrimônio da investida	86.187	253.543	171.392
Percentual de investimento	100%	100%	100%
Saldo do investimento	<u>86.187</u>	<u>253.543</u>	<u>171.392</u>

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo são eliminadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira do que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.7 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

2.8 Classificação circulante e não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no período apresentado nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não identificou indicativo de perdas relacionadas a ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia e suas controladas, não identificaram indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

3.2 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

a) Adoção de novas normas e interpretações

As alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB com efeito a partir de 1º janeiro de 2022 não produziram impactos significativos nas demonstrações financeiras, das quais destacam-se as seguintes normas:

- CPC 27 – Imobilizado
- CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes
- CPC 15 (R1) – Combinação de negócios

Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:

- (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"
- (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos"
- (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros"

b) Novas normas e interpretações ainda não vigentes

A partir de 1º de janeiro de 2023, estarão vigentes os seguintes pronunciamentos. A Companhia não realizou a adoção antecipada destes pronunciamentos, e não espera impactos significativos quando da adoção destas normas.

- CPC 50 – Contratos de seguros
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro
- CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis
- CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro
- CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	-	10.126	561	18.827
Aplicações financeiras	4.980	-	42.163	44.916
	<u>4.980</u>	<u>10.126</u>	<u>42.724</u>	<u>63.743</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, são referentes aos saldos das contas de livre movimentação e centralizadoras. As contas centralizadoras recebem as receitas, que são utilizadas para pagamento de dívidas e, caso necessário, para complementação de saldo mínimo de contas reservas das dívidas. Os valores remanescentes, são transferidos para as contas de livre movimentação.

Esses valores são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade, remuneradas a taxa de 99% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2022 (100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2021).

A exposição da Companhia à riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota 20.

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº 20).

5 Disponibilidade da rede elétrica

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Concessionárias	16.920	16.620
	<u>16.920</u>	<u>16.620</u>

O saldo de Disponibilidade da rede elétrica em 31 de dezembro de 2022 de R\$16.920 (R\$ 16.620 em 31 de dezembro de 2021), em sua totalidade, refere-se ao faturamento de RAP. A RAP remunera o investimento na Linha de Transmissão e os serviços de Operação e Manutenção.

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Os valores vencidos em aberto em 2022 não são relevantes para constituição de PECLD.

5.1 Movimentação da disponibilidade da rede elétrica

	Consolidado			31/12/2022
	31/12/2021	Adições	Recebimentos	
Concessionárias	16.620	150.268	(149.968)	16.920
Total	16.620	150.268	(149.968)	16.920

5.2 Vencimentos

	Consolidado
Vencidos há mais de 180 dias	3.183
A vencer	13.737
Total	16.920

De acordo com o entendimento do mercado e dos reguladores, a estrutura regulatória de transmissão brasileira foi planejada para ser adimplente, garantir a saúde financeira e evitar risco de crédito do sistema de transmissão de forma que os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar risco de inadimplência.

6 Tributos diferidos

	Controladora	
	2022	2021
Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste a valor justo dos contratos	624	-
	624	-

	Nota	Consolidado	
		2022	2021
PIS e COFINS	6.1	115.490	82.394
Imposto de renda e contribuição social	6.2	112.758	76.637
Imposto de renda e contribuição social sobre contratos de concessão e sobre ajuste a valor justo dos contratos	6.3	111.941	111.317
		340.189	270.348

6.1 PIS e COFINS

Refere-se ao PIS e COFINS diferidos reconhecidos sobre a receita com alíquota de 3,65% para as empresas investidas Horizon ES e Horizon TMA II (Lucro Presumido, regime cumulativo) e com alíquota de 9,25% para a empresa investida Horizon TMA I (Lucro Real, regime não-cumulativo).

6.2 Imposto de renda e Contribuição social

São registrados sobre a receita bruta de construção considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.3 Imposto de renda e contribuição social sobre ajuste a valor justo dos contratos

Refere-se ao imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor justo dos contratos, correspondente à diferença entre o preço pago no investimento e o somatório dos valores do patrimônio líquido na data de aquisição, de acordo com as disposições do CPC 32.

7 Partes relacionadas

7.1 Dividendos a receber

	2022	2021
Horizon Transmissoras MA ES S/A	12.262	16.253
Horizon Transmissoras MA I S/A	34.605	16.932
Horizon Transmissoras MA II S/A	16.764	11.379
	63.632	44.564

7.2 Mútuos

		Ativo circulante		Resultado	
Relacionamento	Classificação	31/12/2022	31/12/2021	2022	2021
Horizon Transmissão ES S.A.	Controlada	Empréstimos entre companhias			
		18.560	-	1.520	-
		18.560	-	1.520	-

Em 18 de abril de 2022, a Companhia controladora firmou contrato de mútuo com sua controlada Horizon Transmissão ES S.A., no montante de R\$ 17.040, com prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses, vencendo portanto, em 20 de abril de 2026. Sobre o valor total liberado, incidem juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI.

8 Ativo contratual

De acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (IFRS 15), CPC 48 – Instrumentos Financeiros (IFRS 9) e ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, os ativos da infraestrutura enquadrados nesta interpretação não podem ser reconhecidos como ativo imobilizado uma vez que se considera que o concessionário não controla os ativos subjacentes, sendo reconhecidos de acordo com um dos modelos contábeis previstos na interpretação, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do concessionário assumido junto ao concedente.

A Companhia é remunerada por meio: (i) da RAP, instituída pelo Poder Concedente e cobrada dos usuários da Rede Básica, que é composta por uma parcela que remunera o ativo contratual constituído (investimento realizado nas construções das instalações de transmissão) e por uma parcela que remunera a operação e a manutenção da rede de transmissão.

O modelo estabelece que a receita do contrato de concessão seja reconhecida de acordo com os critérios do CPC 47. Nesse sentido, a Companhia reconhece receita de construção da infraestrutura da concessão com margem proporcionalmente ao avanço da obra pelo método do custo, considerando cumprimento da performance requerida pelo contrato de concessão.

Com isso, o ativo tem a natureza de “ativo de contrato” até a emissão mensal da permissão de faturamento da RAP pelo ONS, quando o montante correspondente é reclassificado para o Ativo Financeiro. Isto porque a Companhia ainda detém obrigações contratuais de desempenho a cumprir durante a concessão. Além da Receita de Construção da Infraestrutura da Concessão, a RAP contém a função de remunerar o serviço de O&M e quitar parcela da Receita de Juros. A formação do ativo contratual das transmissoras é uma estimativa contábil, sendo as premissas utilizadas pela Companhia apresentadas na Nota Explicativa 16 - Receita.

De acordo com CPC47, a avaliação de redução ao valor recuperável de ativos contratuais deve seguir os requisitos do CPC48 - Instrumentos financeiros, onde é efetuada uma análise criteriosa do saldo dos Ativos da Concessão e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. A Companhia considera que não está exposta a um elevado risco de crédito, conforme critérios detalhados na nota 21.2.

A Administração da Companhia, realizou a remensuração dos saldos dos ativos contratuais a valor justo, conforme determina o CPC 15 (R1) – Combinação de Negócios em função da diferença entre o valor contábil e o preço pago pelos ativos adquiridos e passivos assumidos por conta da aquisição de suas investidas Horizon Transmissão MA I S.A., Horizon Transmissão MA II S.A. e Horizon Transmissão ES S.A.

A movimentação no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em <u>31/12/2021</u>	Remuneração	RAP	Ajuste de Receitas financeiras	Gross up de Pis e Cofins	Reavaliação ativo de contrato	Valor líquido em <u>31/12/2022</u>
Horizon Transmissão ES S.A	226.131	25.293	(21.118)	5.094	1.707	36.000	273.107
Horizon Transmissão MA I S.A	689.778	80.979	(67.823)	47.849	26.736	202.925	980.444
Horizon Transmissão MA II S.A	272.384	34.499	(30.909)	44.912	5.162	88.478	414.526
	<u>1.188.293</u>	<u>140.771</u>	<u>(119.850)</u>	<u>97.855</u>	<u>33.605</u>	<u>327.403</u>	<u>1.668.077</u>
Circulante	1.726.804						136.921
Não circulante	<u>16.397</u>						<u>1.531.156</u>
	<u>1.743.201</u>						<u>1.668.077</u>

9 Investimentos

9.1 Composição

			Controladora		
	Participação societária	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II	Total
Saldo em 17/08/2021	-	-	-	-	-
Reestruturação societária	100%	77.511	301.720	127.890	507.121
Intangíveis para concessão (i)		36.000	202.925	88.478	327.403
Goodwill		12.240	68.995	30.082	111.317
(-) Imposto de renda e contribuição social diferidos		(12.240)	(68.995)	(30.082)	(111.317)
Saldo em 31/12/2021		113.511	504.645	216.368	834.524
Ajuste a valor justo dos contratos de concessão		641	336	915	1.892
Equivalência patrimonial		11.568	61.496	70.585	143.649
Distribuição de dividendos		(2.892)	(109.673)	(27.084)	(139.649)
Saldo em 31/12/2022		122.828	456.804	260.784	840.416

- (i) Conforme ICPC 09, os Direitos de Concessão são classificados como Investimentos na Controladora. Para fins de consolidação, estão classificados como Ativo de Contrato (Nota 8).

9.2 Informações sobre as controladas diretas

	Saldo em 31/12/2022			Saldo em 31/12/2021		
	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II	Horizon Transmissão ES	Horizon Transmissão MA I	Horizon Transmissão MA II
Ativos circulantes	46.337	101.720	46.020	37.208	113.540	42.662
Ativos não circulantes	214.495	690.541	291.864	204.165	627.603	252.781
Passivos circulantes	45.045	63.842	26.113	39.431	31.420	27.906
Passivos não circulantes	129.600	474.876	140.379	124.431	408.003	139.647
Patrimônio líquido	86.187	253.543	171.392	77.511	301.720	127.890
Lucro líquido	11.568	61.496	70.585	28.146	71.294	47.912

9.3 Aquisição das Companhias

Em 28 de dezembro de 2021, após cumpridas todas as condições precedentes, foi concluída a aquisição de 100% das ações, das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., pelo montante atualizado de R\$ 879.089, fazendo da Novo Horizon Participações S.A, a partir desta data, a controladora integral dessas Companhias.

A Companhia avaliou a operação por meio do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e determinou que os ativos adquiridos e os passivos assumidos constituem um negócio e satisfazem as condições para a aplicação do método de aquisição de combinação de negócios por meio da aquisição de controle, análise dos inputs e outputs, teste de concentração e substantivo. Adicionalmente, não houve contraprestação contingente ou earnout na transação de combinação de negócios.

Com a conclusão da aquisição, os valores estabelecidos no momento da negociação passaram por avaliação de consultoria independente especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados a valor presente. O montante total pago na aquisição foi alocado inicialmente, na data de sua realização como ativo intangível relacionado ao direito de uso da concessão, bem como, o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivo foram reconhecidos no consolidado em contrapartida ao Goodwill. O laudo de aquisição foi elaborado por consultoria especializada, independente e devidamente registrado. Seguindo a literatura do item 45 do CPC 15/ IFRS 3, a Companhia registrou e divulgou, de forma provisória, os valores apurados com base em suas melhores estimativas até 31 de dezembro de 2021, referente a combinação de negócio para a aquisição das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A. A apresentação conforme descrito abaixo reflete o entendimento final da Administração da Companhia em relação à referida transação.

O preço de aquisição, que se refere à contraprestação conforme edital, adicionado aos ajustes de atualização monetária para a referida avaliação foi de R\$ 879.089. O cálculo do montante desembolsado está demonstrado a seguir:

Aquisição de negócios	LOTE 24	LOTE 7	LOTE 11	TOTAL
	TMA ES	TMA I	TMA II	
Composição do valor de compra				
Preço inicial da aquisição	120.306	549.041	240.653	910.000
Correção CDI	4.584	20.921	9.170	34.675
Ajuste de vazamento	-	(45.063)	(16.523)	(61.586)
Ajuste de atrasos	-	(4.000)	-	(4.000)
Valor pago na aquisição	124.890	520.899	233.300	879.089
Patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890	507.121
Valor alocado na aquisição (i)	36.000	202.925	88.478	327.403

- (i) Valor identificado na aquisição como Mais-Valia referente ao direito de exploração das concessões, e alocado como Ativo de Contrato para fins de apresentação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

O balanço patrimonial das SPEs na data de transferência do controle, para fins de determinação do valor patrimonial contábil, está demonstrado a seguir:

	TES 31/12/2021	TMAI 31/12/2021	TMAII 31/12/2021
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.097	32.289	14.232
Disponibilidade da rede elétrica	3.044	9.626	
Concessionárias			3.950
Impostos a recuperar	33	24	33
Outros tributos compensáveis	244	619	227
Ativos de concessão	26.550	70.460	23.387
Despesas antecipadas		180	
Outros créditos	240	342	833
Total do ativo circulante	37.208	113.540	42.662
Cauções e depósitos vinculados	4.564	8.255	3.784
Ativos de concessão	199.581	619.318	248.997
Despesas antecipadas		30	
Imobilizado	20		
Total do ativo não circulante	204.165	627.603	252.781
Total do ativo	241.373	741.143	295.443

	TES 31/12/2021	TMAI 31/12/2021	TMAII 31/12/2021
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	541	10.769	5.027
Honorários e encargos a pagar			157
Impostos e contribuições a recolher	257	1.080	374
Outros tributos a recolher	159		203
Dividendos	16.253	16.932	11.379
Encargos setoriais		119	
Provisões (contingências)	367	772	2.532
Empréstimos e financiamentos	21.126	-	7.315
Outras contas a pagar	728	1.748	919
Total do passivo circulante	39.431	31.420	27.906
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	103.594	278.526	121.132
PIS e COFINS diferidos	8.216	64.332	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6.934	62.093	17.458
Encargos setoriais		123	
Provisões	5.066	2.383	494
Outras contas a pagar	621	546	563
Total do passivo não circulante	124.431	408.003	139.647
Patrimônio líquido			
Capital social	11.689	198.817	72.625
Reserva de lucros	65.822	102.903	55.265
Total do patrimônio líquido	77.511	301.720	127.890
Total do passivo e patrimônio líquido	241.373	741.143	295.443

10 Intangível

	Consolidado			
	TES	TMAI	TMAII	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2021	48.240	271.920	118.560	438.720
Saldo alocado como Ativo de Contrato (NE 9.3)	(36.000)	(202.925)	(88.477)	(327.403)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2022	12.240	68.995	30.083	111.317

Reflexo do reconhecimento do imposto de renda e contribuição social diferidos passivos sobre o intangível relacionado à exploração do direito de concessão, acima descrito. Esse saldo é avaliado por impairment em bases anuais.

11 Dividendos

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pelo Conselho de Administração; (ii) dividendos mínimos obrigatórios: quando do encerramento do exercício, conforme previsto no estatuto social da Companhia, eventualmente deduzidos do JSCP já declarados no exercício; (iii) dividendos adicionais: quando da sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária - AGO; e (iv) dividendos intermediários e de exercícios anteriores: quando da aprovação pelo Conselho de Administração ou Assembleia Geral.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica em contrapartida do patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito.

Em 31 de dezembro de 2022 foi apurado o montante de R\$4.089, referente aos dividendos mínimos obrigatórios, calculados em 25% sobre lucro auferido do exercício de 2022, após deduzidos os prejuízos anteriores e constituída a reserva legal. O valor de dividendos mínimos tem expectativa de serem pagos em 2023, de acordo com a disponibilidade de caixa da Companhia.

12 Empréstimos e financiamentos

Consolidado												
Instituição / Credor	Principal + Juros CP	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros.	Sistemática de amortização	Finalidade	Data do próximo pagamento de juros	Frequência de pagamento de juros / amortização	Vencimento final
Banco do Nordeste do Brasil	10.679	305.691	316.370	Sim	05/06/2020	Fiança Bancária	IPCA + 2,7877% a.a. e IPCA + 2,2809% a.a.	SAC	Implementação do projeto de linha de transmissão	Jan/23	Mensal	TMA I: julho/2043
(-) Custo de transação	(34)	(378)	(412)		05/06/2020							
Banco do Nordeste do Brasil	3.819	117.781	121.600	Sim	05/06/2020	Fiança Bancária	IPCA + 2,7877% a.a. e IPCA + 2,2809% a.a.	SAC	Implementação do projeto de linha de transmissão	Jan/23	Mensal	TMA II: janeiro/2039
(-) Custo de transação	-	(361)	(361)		05/06/2020							
Total	14.464	422.733	437.197									

i) Horizon Transmissão TMA I

Em 05 de junho de 2020, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 252.056. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2020, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2021 em um montante total de R\$ 177.481.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 07 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,7877% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2023.

Garantias

O valor total referente às garantias mencionadas acima é de R\$ 316.370 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 278.072 em 31 de dezembro de 2021).

Covenants

Não há cláusulas de covenants financeiros para o empréstimo mencionado acima.

ii) Horizon Transmissão TMA II

Em 28 de junho de 2021, a Companhia controlada firmou contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 124.521. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, já tendo ocorrido a liberação total do valor contratado em 31 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 11 do leilão 05/2016 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,2809% a.a., com exigibilidade mensal a partir de fevereiro de 2022 e juros trimestrais durante carência e mensal a partir de fevereiro de 2022.

Garantias

O valor total referente às garantias mencionadas acima é de R\$ 120.070 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 124.521 em 31 de dezembro de 2021).

Covenants

Não há cláusulas de covenants financeiros para o empréstimo mencionado acima.

12.1 Composição do saldo de Financiamentos

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNB	14.498	423.472	437.970	7.356	400.504	407.860
(-) Custos de emissão	(34)	(739)	(773)	(41)	(846)	(887)
Total	14.464	422.733	437.197	7.315	399.658	406.973

12.2 Movimentação das Financiamentos

	Consolidado				
	Valor líquido em 31/12/2021	Adições	Juros provisionados	Amortização	Variação monetária e cambial
Principal	407.860	11.697	39.183	(19.393)	(1.339)
Custo de transação	(887)	-	-	42	34
	406.973	11.697	39.183	(19.351)	(1.305)

12.3 Vencimentos

	TMA I	TMA II
Circulante		
2023	10.679	3.819
	10.679	3.819
Não circulante		
2024	7.335	3.617
2025	7.649	3.810
2026 ATÉ VENCIMENTO	290.707	110.354
	305.691	117.781
Total	316.370	121.600

13 Debêntures

13.1 Composição do saldo das debêntures

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
HRZ Transmissão e Participações S.A. (i)	-	238.762	238.762	-	310.852	310.852
Debêntures	-			-		
Total	-	238.762	238.762	-	310.852	310.852

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Consolidado (i) e (ii)	13.256	348.866	362.122	21.872	418.473	440.345
Debêntures	(675)	(3.352)	(4.027)	(746)	(4.027)	(4.773)
(-) Custos de emissão						
Total	12.581	345.514	358.095	21.126	414.446	435.572

Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	115.000	1ª emissão em 15/05/2018	15/05/2018 a 15/05/2033	Implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015-ANEEL	IPCA + 7,0267% a.a.	Principal e juros semestral a partir de maio/2021	a. Fiança Corporativa do controlador; b. alienação fiduciária das ações.
(-) Custos de emissão		(7.774)		15/05/2018 à 15/05/2033				
Total		107.226						
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	310.000	1ª emissão em 27/12/2021	27/12/2021 a 27/12/2033	Aquisição de ações de projetos TES, TMA I e TMA II	IPCA + 8,00% a.a.	Principal e juros semestral a partir de março/2022	a. alienação fiduciária das ações.

i) HRZ Transmissão e Participações S.A.

Em 20 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão privada de debêntures, conversíveis em ações da espécie subordinada, de emissão da Companhia, sem agente fiduciário e em série única. Foram emitidas 310.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 27 de dezembro de 2021.

As debêntures desta emissão poderão ser total ou parcialmente convertidas em ações ordinárias de emissão da emissora, a qualquer tempo, a critério do debenturista, mediante o envio de notificação pelo debenturista à emissora ("Notificação de Conversão Facultativa"). Dessa forma, como a Companhia entregará caixa por meio do pagamento de dividendos semestrais até a data da conversão como instrumento patrimonial, bem como, pelo fato de tal debênture não atender o critério de fixo para fixo, a classificação está sendo tratada como instrumento de dívida, sendo apresentada no passivo não circulante da Companhia.

O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Renováveis Brasil S.A.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 8% a.a., com vencimento em 27 de dezembro de 2033.

De acordo com o CPC 48 - Instrumentos Financeiros, essa opção de conversibilidade das debêntures em ações é um derivativo embutido, cujo valor justo foi considerado zero, uma vez que as variáveis utilizadas no cálculo da conversão, conforme estipulado na escritura da debênture, principalmente em relação ao preço da ação, estão descritas e definidas de forma a considerar o seu valor justo na data da conversão. Conforme estabelecido nas escrituras das debêntures, as opções de conversão em ações dos saldos remanescentes continuam em vigor, sujeitas ao exercício de acordo com as condições estabelecidas nas escrituras.

Garantias

Alienação fiduciária das ações.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

ii) Horizon Transmissão ES S.A.

Em 15 de maio de 2018, a Companhia controlada realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 115.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 15 de maio de 2018.

O objetivo desta captação foi para implementação do projeto de linha de transmissão e subestação do lote 24 do leilão 13/2015 - ANEEL.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,0267% a.a., com exigibilidade semestral a partir de maio de 2021.

Garantias

Fiança corporativa do controlador e alienação fiduciária das ações.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar antecipação do vencimento da dívida, como segue:

- (i) Liquidação, dissolução, decretação de falência ou pedido de falência da Companhia ou da interveniente garantidora, exceto se em decorrência de uma operação societária; e
- (ii) Manutenção Índice de Cobertura de Serviço da Dívida de no mínimo de 1.2x. A apuração do índice ao final de 2022 resultou em 2.1x, acima do mínimo exigido, não necessitando de nenhum aporte de capital adicional.

13.2 Movimentação das debêntures

Controladora						
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	310.852	(105.000)	32.910	-	-	238.762
Total	<u>310.852</u>	<u>(105.000)</u>	<u>32.910</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>238.762</u>

Consolidado						
	Valor líquido em 31/12/2021	Pagamentos	Juros provisionados	Amortização do custo da transação	Variação monetária e cambial	Valor líquido em 31/12/2022
Principal	440.345	(127.303)	41.806	-	7.274	362.122
Custo de transação	(4.773)	-	-	746	-	(4.027)
Total	<u>435.572</u>	<u>(127.303)</u>	<u>41.806</u>	<u>746</u>	<u>7.274</u>	<u>358.095</u>

13.3 Vencimentos

	HRZ	TES
Circulante		
2023	-	13.256
	-	13.256
Não circulante		
2024	-	12.440
2025	-	12.693
2026	-	13.240
2027	-	11.826
2028 até o vencimento	238.762	59.905
	<u>238.762</u>	<u>110.104</u>
Total	<u>238.762</u>	<u>123.360</u>

14 Notas promissórias

Controladora					
HRZ Transmissão e Participações S.A.	Moeda	Encargos anuais	Vencimentos	2022	2021
Notas promissórias - principal	R\$	CDI+ 2,25% a.a.	2023	500.000	500.000
Notas promissórias - juros		-	-	76.303	1.309
				<u>576.303</u>	<u>501.309</u>
Circulante				576.303	-
Não circulante				-	501.309

Em 23 de dezembro de 2021, a Companhia realizou a emissão de 50 (cinquenta) notas promissórias, de acordo com a Instrução da CVM nº 566, de 31 de julho de 2015, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000 (dez milhões de reais), totalizando R\$ 500.000 (quinhentos milhões de reais), sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 23 de dezembro de 2021.

O objetivo desta captação foi para aquisição de 100% da participação acionária das Companhias Horizon Transmissão ES S.A., Horizon Transmissão MA I S.A. e Horizon Transmissão MA II S.A., alienadas pela EDP Energias do Brasil S.A..

O valor nominal unitário, acrescido da remuneração, será integralmente pago pela Companhia aos titulares das notas promissórias em uma única parcela, na data de vencimento das notas promissórias, ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado facultativo (conforme definido abaixo), ou de vencimento antecipado das notas promissórias em decorrência de um evento de inadimplemento (conforme definido abaixo), conforme o caso.

Sobre o principal da dívida incidem 100% do CDI mais juros de 2,25% a.a., com vencimento em 23 de dezembro de 2023.

Garantias

Alienação fiduciária em garantia, em caráter irrevogável e irretratável, pelo Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

15 Provisões e depósitos vinculados

		Consolidado					
		Depósitos vinculados		Provisões			
		Ativo		Passivo			
		Não circulante		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos judiciais cíveis	15.1	6.709	6.817	-	-	-	-
Depósitos caução	15.3	10.852	9.786	-	-	-	-
Provisões cíveis	15.1	-	-	-	-	8.954	7.737
Licenças ambientais	15.4	-	-	3.862	3.671	-	206
		<u>17.561</u>	<u>16.603</u>	<u>3.862</u>	<u>3.671</u>	<u>8.954</u>	<u>7.943</u>

15.1 Provisões com risco de perda provável e depósitos vinculados

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Consolidado						
Depósitos vinculados			Provisões			
Ativo			Passivo			
Não circulante			Circulante		Não circulante	
31/12/2022	31/12/2021		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	6.709	6.817	-	-	8.954	7.737
	6.709	6.817	-	-	8.954	7.737

Cíveis

A Controlada não possui nenhum processo ou ação judicial em andamento. As subsidiárias são partes em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações.

As obrigações das subsidiárias são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos.

Referem-se, em sua totalidade, a processos relativos a indenizações a título de desapropriações propostas pela Companhia para a construção da linha de transmissão.

15.2 Risco de perda possível

Existem processos e natureza trabalhista e cível, cuja perda foi estimada como possível, com base nas informações de seus assessores jurídicos, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, conforme demonstrados a seguir:

		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021
Cíveis		31.360	50
Trabalhista		-	49
		31.360	50

15.3 Depósitos caução

Montante refere-se aos depósitos caucionados em garantia da dívida que as investidas, possuem junto ao Banco do Nordeste do Brasil.

15.4 Licenças ambientais

Os custos relativos às licenças estão associados ao Projeto Básico Ambiental – PBA ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IPCA. A Companhia efetuou alteração de sua taxa de atualização de IGP-M para IPCA, devido ao indexador refletir atualmente a melhor estimativa de inflação do mercado.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável. Os custos associados a manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia. Segue abaixo a movimentação do saldo da provisão no exercício:

Licenças ambientais	Consolidado					Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária	Transferência	AVP	Reversão	
Circulante	3.671	122	157	(37)	(51)	3.862
Não circulante	206	-	(157)	-	(49)	-
	3.877	122	-	(37)	(100)	3.862

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 79.215 e está representado por 79.215.000 (setenta e nove milhões e duzentos e quinze mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1 (um real) por ação.

Acionistas	Ações Nominativas		
	31/12/2022	31/12/2021	%
Gold Power Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	250.000	250.000	100%
(-) Capital a integralizar	(170.785)	(170.785)	
Total	79.215	79.215	100%

Em 20 de dezembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, da mesma data, foi aprovado o aumento de capital no valor de R\$ 250.000, mediante emissão de 250.000.000 (duzentos e cinquenta milhões) novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, pelo preço de R\$ 1,00 (um real).

Em 27 de dezembro de 2021, conforme Assembleia Geral Extraordinária – AGE, foi integralizado R\$ 79.215 do capital, restando um saldo a integralizar de R\$ 170.785.

16.2 Destinação do lucro

O lucro líquido apurado em cada exercício será deduzido, antes de qualquer destinação, de prejuízos acumulados e destinado sucessivamente e na seguinte ordem:

- (i) 5% serão aplicados na constituição da Reserva Legal que não excederá 20% do Capital social;
- (ii) 25% serão destinados ao pagamento de dividendos; e
- (iii) o saldo remanescente, após atendidas as disposições anteriores, terá a destinação determinada pela Assembleia Geral.

Conforme descrito no item (ii) acima, as ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros sobre o capital próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95, e regulamentação posterior.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro a ser destinado:		
Resultado apurado no exercício	35.232	(2.221)
Nº de ações da Companhia	79.215	79.215
Lucro (prejuízo) por ação	0,44	(0,03)
Destinação do lucro:		
Absorção de prejuízos anteriores	2.221	-
Dividendos mínimos 25%	7.840	-
Reserva legal 5%	1.651	-
Reserva de retenção de lucros	23.520	-
	<u>35.232</u>	<u>-</u>

16.3 Reservas de lucros

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reservas de lucros:		
Legal	1.651	-
Retenção de lucros	23.520	-
	<u>25.171</u>	<u>-</u>

17 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade; (iii) os custos associados possam ser estimados de maneira confiável; e (iv) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas da Companhia representam a alocação da RAP determinada no contrato de concessão. São mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas no contrato com o cliente, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração.

As eventuais alterações no custo médio ponderado de capital promovidos pela ANEEL nos processos de Reajuste ou Revisão Tarifária, com respectivo impacto na RAP, terão seus efeitos apropriados no resultado do exercício em que a modificação tarifária for homologada pelo órgão regulador.

	Consolidado	
	2022	2021
Remuneração do ativo contratual	140.771	-
Receita de Operação e Manutenção (O&M)	40.222	-
Parcela de ajuste	101.481	-
Receita CDE	5.548	-
Receita operacional bruta	288.022	-
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(18.963)	-
P&D	(1.527)	-
Outros encargos	(655)	-
	(21.145)	-
Receita operacional líquida	266.877	-

18 Custo

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Custo de operação				
Material	-	-	(395)	-
Serviços de terceiros	-	-	(10.125)	-
Depreciação - Ativos de direito de uso	-	-	(10)	-
Arrendamentos e aluguéis	-	-	(15)	-
Outras	-	-	(1.892)	-
Total	-	-	(12.437)	-

19 Despesas e receitas operacionais

As despesas e receitas operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custos: contemplam os gastos diretamente vinculados à prestação do serviço; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis as fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento das despesas e receitas operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Pessoal, administradores e previdência privada	(753)	-	(4.516)	-
Serviços de terceiros	108	(12)	(9.281)	(12)
Arrendamentos e aluguéis	(2)	-	(240)	-
Outras despesas e receitas operacionais - Ajuste a valor justo	1.892	-	133	-
Outras despesas e receitas operacionais	(706)	(26)	(2.380)	(26)
Total	539	(38)	(16.283)	(38)

20 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	1.079	-	7.549	-
Juros com partes relacionadas	1.520	-	-	-
(-) Tributos sobre Receitas financeiras	(121)	-	(165)	-
Outros juros e variações monetárias	-	-	3.118	-
	2.479	-	10.502	-
Despesas financeiras				
Empréstimos e financiamentos	-	-	(39.183)	-
Debêntures	(32.910)	(852)	(49.898)	(852)
Notas promissórias	(74.994)	(1.309)	(74.994)	(1.309)
Provisões cíveis	-	-	(247)	-
Outros juros e variações monetárias	(2.885)	(22)	(3.878)	(22)
Juros e multa sobre impostos	-	-	(16)	-
Outras despesas financeiras	(23)	-	(3.737)	-
	(110.812)	(2.183)	(171.953)	(2.183)
Total	(108.333)	(2.183)	(161.450)	(2.183)

21 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no método do lucro real, suas controladas Horizon Transmissão MA I S.A. apura pelo método do lucro real, e Horizon Transmissão MA II S.A. e Horizon Transmissão ES S.A. apuram pelo método do lucro presumido. Nos exercícios de 2021 e 2022, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos no exercício. Ainda, a Companhia não contabilizou o imposto diferido ativo sobre prejuízo fiscal, pois, não possui na Controladora expectativa de lucro tributável futuro.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do IRPJ e CSLL	35.232	(2.221)
Alíquota	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(11.979)	755
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:		
Equivalência Patrimonial	48.841	-
Outras diferenças permanentes	(10.029)	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(26.833)	(755)
Despesa de IRPJ e CSLL	-	-
Alíquota efetiva - %	0%	0%

21.1 Imposto de renda e contribuição social controladas

21.1.1 Imposto de renda e contribuição social controladas – Lucro Real

A reconciliação da alíquota efetiva no regime lucro real da controlada Horizon Transmissão TMA I, é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro antes do IRPJ e CSLL	96.741	108.175
Alíquota	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(32.892)	(36.780)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva		
IRPJ e CSLL sobre adições exclusões permanentes	(2.353)	(101)
Despesa de IRPJ e CSLL	(35.245)	(36.881)
Alíquota efetiva - %	36,43%	34,09%

21.1.2 Imposto de renda e contribuição social controladas – Lucro Presumido

O cálculo no regime de lucro presumido das controladas Horizon Transmissão TMA II e Horizon Transmissão ES, é como segue:

	31/12/2022		31/12/2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Operacional Bruta	5.339	8.016	4.457	6.778
Receitas Financeiras	2.855	2.855	1.221	1.221
Base de cálculo	8.194	10.871	5.678	7.999
Alíquotas vigentes	15%	9%	15%	9%
IRPJ / CSLL apurados	(1.229)	(978)	(852)	(720)
Ajuste decorrente do adicional do IR	(789)	-	(512)	-
Imposto de renda e contribuição social	(2.018)	(978)	(1.364)	(720)
Alíquota efetiva - %	3,02%	1,46%	3,93%	0,67%

22 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Considerações gerais

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados.

A administração dos riscos associados a estas operações incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxos futuros.

22.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

22.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Controladora		Consolidado	
	Nota	Níveis	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
Aplicações financeiras	4	Nível 2	4.980	-	42.163	44.916
			4.980	-	42.163	44.916
Custo amortizado						
Bancos conta movimento	4	Nível 2	-	10.126	561	18.827
Disponibilidade da rede elétrica	5	Nível 2	-	-	16.920	16.620
			-	10.126	17.482	35.447
			4.980	10.126	59.644	80.363
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores		Nível 2	76	59	16.450	16.397
Empréstimos e financiamentos CP	12	Nível 2	-	-	437.197	406.973
Debêntures	13	Nível 2	238.762	310.852	358.095	435.572
Notas promissórias a pagar	14	Nível 2	576.303	501.309	576.303	501.309
			815.142	812.220	1.388.045	1.360.251
			815.218	812.279	1.404.495	1.376.648

22.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

- **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se eles constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

- **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

22.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem:

- (i) derivativos;
- (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento;
- (iii) contratos de garantia financeira;
- (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e
- (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando:

- (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou
- (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

22.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude de os instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

- (i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito;

- (ii) Licenças ambientais: é concedida pelo órgão ambiental para autorizar a operação ou descomissionamento do empreendimento ou atividade, com o estabelecimento de condicionantes e a autorização para a execução de planos, programas e projetos de prevenção, mitigação, recuperação, restauração e compensação de impactos ambientais. O saldo leva em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente pela taxa que corresponde ao custo médio de capital (WACC) atual; e

22.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

22.2 A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

22.3 Gestão de riscos

A Companhia possui as seguintes políticas: Código de Conduta, Política Antissuborno e Anticorrupção, Política de Relacionamento com Terceiros e Política de Condução de Investigação Interna. Além disso, implementou comitês trimestrais de Operação, ESG e Financeiro e reuniões de Conselho também trimestrais que discutem, entre outros, os assuntos de integridade dos negócios. Os Comitês e reuniões de Conselho possuem membros da investidora Actis (grupo investidor da Companhia), com sede em Londres. Os principais riscos acompanhados estão descritos a seguir:

22.3.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Deve-se considerar que a Companhia está exposta a oscilação da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações.

22.3.2 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a retardar ou redirecionar investimentos em outras áreas. Contudo, a Companhia assegura o equilíbrio entre os riscos relacionados com as alterações climáticas, impactos sociais, a conservação ambiental e o desenvolvimento de suas atividades, estabelecendo diretrizes e práticas observadas nas operações que reduzem os riscos de impacto ao meio ambiente, mantendo o foco no desenvolvimento sustentável, responsabilidade social e preservação ambiental de seu negócio.

22.3.3 Análise de sensibilidade

A Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

CONTROLADORA							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	4.980	602	752	903	451	301
Operação	Risco						
Debêntures	IPCA	(310.852)	(17.998)	(38.968)	(46.761)	(23.381)	(15.587)
Notas promissórias	CDI	(1.077.612)	(132.870)	(166.087)	(199.304)	(99.652)	(66.435)
Exposição líquida		(1.383.484)	(150.266)	(204.302)	(245.163)	(122.581)	(81.721)
CONSOLIDADO							
Operação	Risco	Saldo da exposição	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
			Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Aplicação financeira - CDB	CDI	42.163	5.095	6.368	7.642	3.821	2.547
Operação	Risco						
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(437.197)	(25.314)	(54.806)	(65.767)	(32.884)	(21.922)
Debêntures	IPCA	(358.095)	(20.734)	(44.890)	(53.868)	(26.934)	(17.956)
Notas promissórias	CDI	(576.303)	(71.058)	(88.823)	(106.587)	(53.294)	(35.529)
Exposição líquida		(1.329.433)	(112.011)	(182.150)	(218.580)	(109.290)	(72.860)

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.

Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 6,9% e 12,33% a.a.; e IPCA entre 3,86 % e 10,03% a.a.

22.3.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia estão demonstrados nas rubricas:

(i) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5), sendo o Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e os Equivalentes de caixa correspondentes às aplicações financeiras de liquidez imediata que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa; e (ii) Ativo Contratual (Nota 8), cujo o saldo apresentado corresponde ao valor a receber do Poder Concedente ou dos usuários da linha de transmissão a partir da entrada em operação da linha de transmissão.

A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2022, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

Controladora						
	Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 2 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	76	76	76	-	-	-
Debêntures	238.762	238.762	-	238.762	-	-
Notas promissórias	576.303	576.303	-	576.303	-	-
Total	238.839	238.839	76	238.762	-	-

Consolidado						
	Valor Contábil	Total	Menos de 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	16.450	16.450	16.450	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	437.197	437.197	1.147	13.352	47.577	375.121
Debêntures	358.095	358.095	12.197	288.961	56.937	-
Notas promissórias	576.303	576.303	-	576.303	-	-
Total	1.388.045	1.388.045	29.794	878.617	104.514	375.121

22.3.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

- **Caixa e Equivalentes de caixa**

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras.

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com rating de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

22.3.6 Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio.

22.3.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o controlador pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações, fazer novos financiamentos ou refinarciar as dívidas existentes.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Total do Financiamento	1.371.596	1.343.854
(-) Caixa e equivalentes de caixa	42.724	63.743
(-) Cauções	17.561	16.603
Dívida Líquida	1.431.881	1.424.200
Total do Patrimônio Líquido	92.340	76.994
Total do capital	1.524.221	1.501.194
Índice de alavancagem financeira - %	93,94%	94,87%

23 Compromissos contratuais e garantias

a) Garantias

Horizon Transmissão MA I

O montante de seguro garantia, no montante de R\$ 31.061, em 31 de dezembro de 2022, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/16 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2023.

Horizon Transmissão MA II

O montante de seguro garantia, no montante de R\$ 10.006, em 31 de dezembro de 2022, tem por objetivo garantir a execução de obra da construção da linha de transmissão, sendo uma exigência quando da participação da Companhia no Leilão nº 05/16 - ANEEL, e possui vigência de 26 de julho de 2017 a 08 de maio de 2022.

24 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

24.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) – Demonstrações dos Fluxos de Caixa, segue abaixo as mudanças ocorridas nos passivos decorrentes das atividades de financiamentos, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

Controladora				
2022				
		Efeito não caixa		Saldo em
		Variação	Adições/	31/12/2022
	Saldo em	monetária	baixas	
	31/12/2021			
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Debentures	310.852	(105.000)	-	238.762
Notas promissórias	501.309	-	-	576.303
	<u>812.161</u>	<u>(105.000)</u>	<u>-</u>	<u>815.066</u>
2021				
		Efeito não caixa		Saldo em
		Variação	Adições/	31/12/2021
	Saldo em	monetária	baixas	
	31/12/2020			
Aumento (diminuição) de passivos financiamento				
Debentures	-	310.000	-	310.852
Notas promissórias	-	500.000	-	501.309
Capital social	-	79.215	-	79.215
	<u>-</u>	<u>889.215</u>	<u>-</u>	<u>891.376</u>

24.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Constituição de dividendos	(7.840)	
Total	(7.840)	-

25 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas. A contratação de seguros leva em consideração a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

HORIZON TRANSMISSAO ES S.A.	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	39.081	39.081	39.081	39.081
Responsabilidade civil	n/a	50.000	n/a	50.000
Seguro de vida	159	n/a	159	n/a

HORIZON TRANSMISSAO TMA I S.A.	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Ativo Imobilizado	169.339	169.339	262.037	100.000
Responsabilidade Civil	20.000	20.000	n/a	50.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	15.000	15.000	n/a	n/a

HORIZON TRANSMISSAO TMA II S.A.	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Ativo Imobilizado	169.339	169.339	262.037	100.000
Responsabilidade Civil	20.000	20.000	n/a	50.000
Responsabilidade Civil de Administradores (D&O)	15.000	15.000	n/a	n/a

26 Eventos subsequentes

Em 06 de abril de 2023, ocorreu uma amortização extraordinária facultativa parcial das debêntures privadas conversíveis da 1ª (primeira) emissão privada da Companhia no total de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais). Nos termos da Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures é de R\$ 1.000,00 (mil reais) e a Amortização Extraordinária Facultativa correspondeu a 8 % (oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures. Os pagamentos referentes à Amortização Extraordinária Facultativa foram realizados na forma da Cláusula 5.17 da Escritura de Emissão para o Gold Power Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

* * *